

---

DISCUTINDO O DESENVOLVIMENTO INFANTIL E  
DOS ADOLESCENTES

---

ZÉLIA MARIA MENDES B. ALVES\*

RESUMO

Este artigo discute a questão do desenvolvimento infantil e do adolescente, a partir de suas etapas. Baseia-se nos estudos que admitem que o indivíduo caminha da dependência estrita para a independência e seu comportamento passa do controle essencialmente externo (ambiente) para o autocontrole. Ressalta o sistema de "trocas" que compõe o processo bi-lateral de socialização, enfatizando a relação de constante aprendizagem entre o adulto e a criança.

---

\* Docente do Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP.

## INTRODUÇÃO

Fala-se muito em desenvolvimento atualmente e, parece existir, por parte dos pais e dos educadores, uma grande preocupação com as mudanças que a criança e o jovem sofrem e, isto tem levado a uma busca acentuada de informações para melhor compreender, aceitar e conviver com as gerações mais novas.

Parte-se do princípio, atualmente que desenvolvimento é um processo contínuo, do início ao fim da vida, ainda que a idéia mais frequente no senso comum tenha sido a de que só as crianças e os jovens passavam por ele e que os indivíduos adultos estavam praticamente estáticos até o momento do começo de seu declínio.

Também se enfatiza hoje que o desenvolvimento humano envolve muito mais do que simplesmente o crescimento intelectual e a aquisição de habilidades. Ele é por demais diversificado para que se possa discutí-lo sem falar de alguns pressupostos e sem tornar claro sob que perspectivas se vai discutir.

Diz-se assim... que quando uma criança nasce ela vem com **Direitos**, e o ambiente assume naturalmente **Deveres** para com ela; esses **Direitos** apare-

ceriam na forma de **Necessidades**, que trazem consigo o tom de uma **Obrigação** para o ambiente.

Os pressupostos então seriam:

Direitos e Deveres

Necessidade X Obrigação de satisfazê-las.

Por outro lado, o ambiente, conhecedor de sua função de educar a criança, de colocar seu comportamento dentro dos padrões e das normas do grupo social, propõe tarefas diferentes ao longo do desenvolvimento, que se transformam em **Obrigações**, que precisam ser cumpridas para que o indivíduo siga em frente.

Entre o ambiente e a criança se estabelece então um sistema de trocas, que compõem um processo bi-lateral de socialização, de influências mútuas (Lerner, Busch-Rossnagel, 1981).

Em outras palavras, o adulto e a criança estão em constante aprendizagem um com o outro, e ao mesmo tempo em que a geração nova adquire os comportamentos compatíveis com os de seu grupo, a geração mais velha se desenvolve dentro de sua função socializadora. Valores são passados e códigos de normas são postos em xeque.

É de fundamental importância, nesse enfoque, que se possa "ver" o processo de socialização da

criança e seu desenvolvimento sob os dois ângulos: primeiro ela recebendo muita influência do ambiente, assimilando valores e atitudes e cumprindo tarefas; segundo ela condicionando o que recebe do ambiente e modificando-o através de suas necessidades e reações. Mais do que tudo, é preciso que esta interação de "forças" aconteça para não se caracterizar quer um sistema de imposição autoritária, quer, no outro extremo, uma permissividade desorientada (Herbert, 1987; Clarke-Stewart, Perlmutter; Friedman, 1988).

## II. Etapas no Desenvolvimento

Ao longo do tempo, as necessidades da criança vão se modificando, tanto quanto as tarefas que o ambiente propõe a ela. Observa-se que essas alterações ocorrem ora de modo lento e gradativo, ora mais abrupto, às vezes como se fosse um avanço e outras como um retrocesso mas, cada uma abrangendo, sem dúvida, múltiplos aspectos - o social o motor, o intelectual, o afetivo - com maior ou menor carga em cada um deles.

Assim, fica muito difícil, e pouco correto

também, o estabelecer idades rígidas, fixas e bem determinadas que limitariam as várias etapas do desenvolvimento e, tudo o que se admite são aproximações.

Entretanto, é fundamental enfatizar e discutir os "caminhos" que um processo de desenvolvimento natural assumiria na infância e na adolescência. Estudos nessa área permitem que se delineie para a maioria das sociedades civilizadas uma evolução ao longo das duas primeiras décadas de vida, que vai na busca da independência e do auto controle, de tal modo que é possível dizer que:

1. O indivíduo caminha da dependência escrita para a independência;
2. O comportamento dele passa do controle essencialmente externo (pelo ambiente) para o auto-controle (Biasoli-Alves, 1985).

#### A. Da dependência estrita para a independência

##### Primeira Etapa

A primeira etapa no desenvolvimento na infância se caracteriza pela dependência fundamental em

que a criança se encontra do meio ambiente devendo a este, em tudo, a sua sobrevivência. Isto acontece, aproximadamente de zero a um ano e meio de idade, tempo em que o "filhote do humano" - o mais desprotegido dentre todas as espécies de animais e o de mais longa dependência para sobrevivência - precisa que cuidem dele em termos de alimentação, calor, higiene, etc. etc., etc...

Satisfeita essa dependência da criança isto é, - o ambiente respondeu de forma adequada às suas necessidades - ela vai aos poucos, adquirindo um sentimento de segurança, percebendo o mundo como agradável, responsivo e portanto confiável, ao mesmo tempo em que estabelece uma relação afetiva (de apego) com o socializador, cumprindo assim a tarefa básica de socialização dessa etapa e se encaminhando gradativamente para a busca de autonomia.

Como isso se processaria?

Alguns autores (Hutt & Hutt, 1970, Schaffer, 1984) enfatizam que a criança, ao nascer, traz como herança básica da espécie, formas de "sinalizar" (mostrar) ao ambiente como ela está, através de alguns comportamentos como o choro, o sorriso, a vocalização, o olhar. Seus significados diver-

gem. Assim, o choro indica que alguma coisa não está bem com o nenê e prevê como resposta do socializador o se aproximar, para verificar o que há de errado, cuidando para que cesse e ao mesmo tempo, fazendo com que apareçam os outros "sinais" - o sorriso, a vocalização, o olhar mútuo - que dão ao ambiente a indicação de que agora o nenê está bem tranquilo, satisfeito na sua necessidade da quele momento.

Há portanto sinais que buscam a aproximação do socializador e outros que visariam mantê-lo presente, interagindo.

As mães costumam relatar, embasadas em suas intuições e experiência, que não conseguem permanecer longe de seu bebê se ele está chorando, tentando não ligar para que não fique mal acostumado; por outro lado acham-se disponíveis para ficar conversando com ele, vendo - o sorrir, se agitar, e que nesse "papo" se esquecem do tempo. A esse tipo de interação, em que a mãe responde aos sinais que o nenê emite, dá-se o nome de sintônica e esta fundamenta tanto o desenvolvimento de uma relação afetiva adequada entre ela e seu bebê quanto faz com que a criança cumpra a tarefa de adquirir um sentimento de segurança frente ao ambiente.

É preciso não esquecer, entretanto, que é aos poucos que a mãe e o nenê vão estabelecendo seus padrões de interação através de sua repetição ao longo de dias, semanas e meses, ajudando assim a que a criança forme uma expectativa quanto às repostas que o ambiente dá para o seu comportamento; paralelamente a mãe desenvolve um sentimento de segurança - de que sabe lidar com seu bebê, acalmá-lo, fazê-lo sorrir e feliz.

É exigido então do ambiente nesse período, disponibilidade para estar atento à criança, com tempo para observá-la, interagir com ela e compreender os seus sinais.

## **Segunda Etapa**

À medida em que o nenê vai tendo como cumprida a tarefa de socialização da primeira etapa, ele passa a mostrar uma necessidade nova, quase oposta. Aproximadamente de um ano e meio a três caracteriza-se uma outra fase do desenvolvimento humano em que a criança busca sua autonomia.

É verdade que o nenê já "caminhou" muito durante os primeiros 18 meses de vida - aprendeu a andar, a discriminar familiares de estranhos, ad-

quisiu os rudimentos da linguagem e, principalmente um sentido de segurança frente ao ambiente. Toda essa evolução vai gerar uma necessidade de autonomia em que a criança começa a se perceber como separada da mãe, como uma pessoa diferenciada, e precisa testar isso. Assim, muito de sua forma de interagir com o ambiente assume a conotação de uma "oposição" às demandas dele, em todas as situações da rotina diária. É quando a mãe chama para que a criança venha tomar banho e ela diz que não vai, não quer, e sai correndo em outra direção; ou no horário de refeições a mãe vai dar comida na boca e a criança se recusa a falar que quer comer sozinha.

Para além dessa autonomia, a criança nesse período mostra-se intensamente impulsiva: 1. Ela pega em tudo, quer tudo, dizendo que é dela. Chama-se a isso impulso de aquisição. E, o fato é que fica mais complicada a convivência com outras crianças e o repartir os brinquedos. 2. Ela reage muitas vezes batendo, chutando, fazendo birra às frustrações que o ambiente impõe a ela (impulso agressivo). 3. Ela descobre o prazer de seus órgãos genitais e explora as sensações que produzem (impulso sexual).

Nesse caso quais seriam as tarefas que o ambiente teria para com ela, nessa fase? o que mudou no curto espaço de 3 a 4 meses? Será que já não é mais necessário cuidar tanto, demonstrar afeição, ou impor limites?

A observação mostra uma série de mudanças: a criança tranca a boca quando a mãe vai dar comida a ela; ela se solta no chão porque não quer ir tomar banho; faz birra se é frustrada em algum dos seus intentos. Em contrapartida os estudos evidenciam que as mães começam naturalmente a ser menos indulgentes com as demandas da criança, a exigir dela maior cooperação, obediência e mesmo controle, aprendendo a seguir regras básicas dentro da rotina de vida.

O papel a ser desempenhado pelo ambiente mudou, então de sentido: ele se depara com os lances de autonomia, com a explosão dos impulsos e passa a permitir ou impedir, premiar ou punir e, por essas razões, diz-se que sua tarefa fundamental nesse período é a de limitador do comportamento da criança. Isto significa começar a estabelecer o que pode e o que não pode, o certo e o errado, segundo a visão particular de cada família ou contexto.

Entretanto, mesmo levando em conta a grande diversidade de padrões e valores característica das sociedades modernas, que faz com que cada família adote um sistema diferente de educação de filhos, a psicologia do desenvolvimento vem enfatizando pontos essenciais vinculados a uma evolução natural.

Primeiro, tem sido retomado o tema dos limites para o comportamento da criança. O motivo principal estaria, segundo alguns autores (Clarke & Clarke 1976), em que nesse momento ela se acha mais sensível ou mais pronta para começar o seu aprendizado de seguir normas e cumprir esquemas de uma rotina diária, ficando facilitada a tarefa para os adultos, porque sua atuação ocorreria paralelamente ao desenvolvimento.

Segundo, influências acentuadas do behaviorismo (Patterson, 1974) e do movimento de Educação de Pais tem sistematicamente trazido à baila as discussões sobre o valor da consistência nas normas colocadas para a criança, de tal modo que ela possa aprender o certo e o errado e se sentir segura quanto à forma de agir dos adultos; bem como quanto às consequências de seu comportamento no meio ambiente.

Terceiro, os autores que discutem a determinação de limites para a expressão da autonomia e dos impulsos fazem questão de ressaltar que não deve haver a associação de sentimentos negativos nessa prática (Herbert, 1987) cuidando para que a aprendizagem das normas e do controle não signifique aquisição de medo, de vergonha (pela raiva manifesta, pela curiosidade sexual ou pela independência volitiva).

Mas, importa não esquecer que a tarefa principal do desenvolvimento de 18 meses a três anos está em a criança adquirir um sentido de autonomia, o que prevê para ela a oportunidade de exercer sua independência, ainda que controlada e dirigida pelos adultos.

A tarefa pois que o ambiente enfrenta nessa fase para permitir e favorecer um desenvolvimento adequado é complexa: ela exige não só que certas normas e princípios estejam bem definidos e sejam cumpridos com constância, mas também que haja um equilíbrio de forças para que a criança não fique sufocada por um meio repressor ou mesmo superprotetor.

### Terceira Etapa

Gradualmente a criança avança para uma necessidade maior de independência - indo além da autonomia pura e simples, dando mostras de que procura adquirir um sentido de iniciativa - que aparece vinculada com um uso muito intenso da imaginação, com o testar a realidade, ao mesmo tempo em que há uma imitação acentuada do comportamento do adulto.

Nessa etapa, que vai aproximadamente de três a cinco anos, há uma área básica, em que se fundamentam as tarefas que a criança deve cumprir - a da comunicação verbal. Assim, todo um preparo anterior, que permite uma boa compreensão do que é falado no ambiente e uma capacidade de expressão fiel e adequada, põe a criança em condições de receber e transmitir uma gama completa de informações.

Com a ajuda, pois, de uma capacidade verbal bem desenvolvida a criança dá mais um passo no caminho de independência - ela inicia tarefas, propõe atividades, se antecipa ao ambiente, manifestando, no final dessa fase, um crescimento no conhecimento de si e maior domínio da realidade que

a cerca, sabendo distinguir entre fatos e fantasia, com noções sobre o porquê das coisas (Clarke-Stuart, Perlmutter & Friedman, 1988).

Também o brinqueado nessa fase possui algumas características diferentes, ele já não precisa tanto da manipulação do concreto, mas recorre com frequência ao trabalho da imaginação, predominando o "faz de conta": a criança trabalha mentalmente não só as informações que recebe do ambiente (aí incluídos os meios de comunicação, hoje em especial a televisão) como os seus sentimentos e desejos (Garvey, 1977).

Um último ponto, crucial para o desenvolvimento nessa etapa, está na limitação dos modelos. A criança nas primeiras etapas se ligou afetivamente aos adultos significantes de seu ambiente e, desse momento em diante começa a mostrar sua identificação com eles: de uma imitação bem clara do seu comportamento chega ao assumir os seus valores, atitudes, e formas de reagir às mais diversas situações. É comum acontecer, por exemplo, de a mãe perceber que a criança está falando com ela no mesmo tom de voz e com as mesmas palavras que o pai costuma usar ou que a irmã mais velha (5 ou 6 anos) assume frente ao irmãozinho, um papel em

tudo semelhante ao da mãe, sem que qualquer pedido lhe tenha sido feito nesse sentido (Biasoli-Alves, 1985).

Trata-se de uma evolução intensa e complexa, que mais uma vez põe em questão as tarefas do ambiente que atenderiam às necessidades da criança e possibilitariam que fossem cumpridas as tarefas de socialização.

Há autores que, ao discutirem a prática de educação mais favorável a um bom desenvolvimento (Baunrind, 1980; Newson & Newson, 1974), assinalam ser tarefa do ambiente, o permitir, dentro de limites por ele considerados como adequados, que a criança teste a sua iniciativa. Em outras palavras, seria necessário um "espaço" para o comportamento de iniciativa da criança, que incluísse as condições para ela verificar os efeitos das suas ações e adquirir o sentido de aventura de se lançar em frente, buscando atividades e soluções no seu dia-a-dia. Experimentar e ter sucesso.

Nesse momento, então, está entrando em jogo o permitir a liberdade, o permitir que o filho cresça com as suas características, desenvolva as suas potencialidades, dê mais um passo no caminho da sua independência, tendo como suporte o interesse e a confiança dos adultos.

Mas se o desenvolvimento da criança nesta fase (em especial) está fundamentado na comunicação verbal, o equilíbrio entre o permitir a iniciativa e manter limites, torna-se extremamente delicado porque depende do conteúdo e da coerência das linguagens usadas na conversa com ela.

Se por um lado é verdadeiro que a criança dos três anos em diante aumenta rapidamente a sua capacidade de compreensão e suas possibilidades de manifestação verbal, por outro é também certo que a sua tendência é para uma compreensão no exato sentido do que escuta (seu pensamento tende para o concreto) e custa a perceber alguns tipos de jogo que o adulto costuma fazer, ameaçando por ameaçar sem a intenção de cumprir. Assim, o "Eu vou embora e não volto nunca mais", primeiro soa como verdade e sentença condenatória, antes que ela possa entender que não é sempre que existe ligação entre o falar e o fazer do adulto.

E, para além das práticas de educação em si mesmas, as crianças estão se identificando com os seus socializadores e assimilando-os como pessoas ideais.

Muitas das características que elas começam a mostrar, por volta dos 5 anos, vêm a se crista-

lizar e são fruto das identificações com os adultos significantes, que ocorreram nesse período. Frequentemente estes não chegam a perceber quão profunda é a sua influência, porque ela se dá através dessa aprendizagem por imitação, mais do que por um ensino direto: a criança os vê como pessoas ideais e se coloca ao lado deles.

Então, como diriam os mais velhos, "todo cuidado ainda é pouco" mas se poderia acrescentar também excessivo, se anti-natural. Estamos na época do filiarcado segundo Grunspun e Grunspun (1984) e talvez, mais do que regras e diretrizes, os adultos pudessem se beneficiar de uma reflexão que os levasse a um conhecimento, subjetivamente direcionado, de si próprios e da criança que educam, do relacionamento que mantém. E isto exige tempo e disponibilidade.

#### Quarta Etapa

Por volta dos seis anos entra em jogo, para a maioria das crianças do chamado Mundo Civilizado, um novo socializador que é a Escola, e com ela um grande número de tarefas impostas pelo ambiente, que vão se converter em necessidades de tes-

tar as suas capacidades, de se sentirem responsáveis e realizarem as exigências da sua nova situação.

Nessa etapa, que vai aproximadamente dos cinco aos doze anos, a tarefa maior de desenvolvimento então se centraliza em adquirir um sentido de dever e realização (Herbert, 1987); a criança vai deixando de lado a fantasia e o brinquedo, passando a empreender tarefas reais, que a direcionam para a obtenção de competências acadêmicas e sociais.

Essa fase se constitui, de fato, em um teste do processo de socialização pelo qual passou a criança até esse momento, e o se sair bem ou não nela, cumprindo as exigências do ambiente e da sua própria evolução, está fundamentalmente ligado à bagagem que traz consigo ao entrar na Escola e iniciar sua aprendizagem formal (Biasoli - Alves, 1985).

Detalhando essa idéia, argumenta-se que: 1) a afeição para com a criança gera segurança e permite que ela se sinta tranquila para enfrentar adultos estranhos em situações novas; 2) a imposição de limites ao seu comportamento gera capacidade de se adaptar e seguir normas para além dos co

mandos familiares (e as da Escola são muitas); 3) a liberdade para testar sua iniciativa propicia a descoberta do prazer de enfrentar os desafios que surgem (e a busca da competência acadêmica e social nada mais é do que se defrontar com desafios com a expectativa de vencê-los).

Esse conjunto de aspectos aparece refletido na imagem que a criança tem de si mesma (fruto do que julga ser a visão dos pais a seu respeito).

A necessidade de adquirir competências acadêmicas e sociais é natural dentro do desenvolvimento. Resta perguntar como se estrutura o papel do ambiente que ora favorece, ora reprime. Como vão se posicionar a Família e a Escola?

A Escola, por volta dos 6 anos, inicia sua influência no processo de socialização da criança, e esta será muito relevante e de longa duração. Vai informar e/ou formar e terá um peso grande na determinação do sucesso ou fracasso da criança no cumprir suas tarefas de se sentir capaz, empreendedora, competente! Esperar-se-ia então que a Escola assumisse a criança e o seu desenvolvimento, garantindo, através de uma atuação adequada, a sua promoção bem como, algumas vezes, a remediação de erros advindos do ambiente familiar.

Como agente socializador, então, o papel da Escola ultrapassa e muito o de transmissor e cobrador de informações incorporando a de formador das novas gerações.

Dois aspectos embasam esse papel: primeiro, os professores adultos significantes, serão modelos a imitar, da mesma maneira que os companheiros transmitirão padrões novos de comportamento e atitudes. Segundo, a situação escolar irá manter ou transformar, o positivo e o negativo da visão que a criança tem a respeito dela mesma, de suas capacidades, adequação, valor; Herbert (1974) enfatiza que à medida em que ela ganha maior aceitação, poder e competência na sala de aula, mais umenta sua auto-estima e melhor seu desenvolvimento. Por outro lado, quanto mais humilhada, ansiosa, embaraçada e incapaz a criança se sentir, maior será sua dificuldade para se adaptar e aprender, menor sua auto-estima e seu nível de desempenho.

Enquanto isso a família se mantém como primeiro socializador com tarefas variadas que se iniciam na escolha da Escola, e tem por base o que a comunidade oferece, confrontado com suas expectativas.

Gradativamente começam a fazer parte do seu

dia-a-dia a busca de informações sobre os objetivos que a Escola tem, com quẽ métodos trabalha e quais as exigências que recairão sobre a criança, analisando sua adequação face às características do filho, tomando decisões mais ou menos justificadas e que geram maior ou menor grau de segurança. Trata-se de colocar a criança em um **novo** ambiente extensamente diverso do familiar. Isto traz como consequência novas atribuições, exigindo que a família se volte constantemente para a Escola e esteja atenta para colaborar com o filho na satisfação de suas necessidades de realização, valorizando suas aquisições de conhecimento, desenvolvimento de habilidades, promovendo sua auto imagem (Biasoli-Alves, 1983), mas também interferindo quando aparecem as experiências negativas no novo ambiente que, se constantes, podem travar o desenvolvimento.

Inúmeros são os trabalhos que discutem o efeito das discrepâncias acentuadas que a criança experiencia entre a casa e a Escola, e, na procura de soluções para os problemas, fala-se no estabelecimento de canais de comunicação capazes de facilitar sua adaptação e evolução, oferecendo respaldo que a habilite a se conduzir fora do ambien

te familiar, satisfazendo suas necessidades de competência acadêmica e social.

Paralelo a todas essas tarefas ligadas à escolarização, a família tem que enfrentar ainda, dos seis aos doze anos, a continuação do processo de socialização da criança em aspectos outros que não os da vida acadêmica. Há um aumento crescente, no decorrer dessa fase, na demanda por mais liberdade para decidir e fazer, uma busca cada vez mais frequente de contato com os companheiros de mesma idade, um início de afastamento da dominância familiar.

Os adultos se vêem, aos poucos, entrando em outro tipo de relacionamento com a criança, discutindo, cedendo, impondo valores e normas, porque a cada instante ela traz um Pode? novo e diferente. Vão se aproximando os momentos de revisão, e de certa forma, ao chegar ao término dessa fase do desenvolvimento, a família já está se deparando com comportamentos e atitudes acirrados no período seguinte.

#### Quinta Etapa

Aos doze anos, aproximadamente, mudanças grandes e rápidas acontecem com as crianças e ca-

racteriza-se uma nova fase de desenvolvimento que se tem por costume dividir em puberdade - época de maiores transformações orgânicas - e adolescência - em que predominam as transformações comportamentais.

Nas meninas, a puberdade tem início cerca de dois anos mais cedo e se estende por um período de tempo ligeiramente menor do que nos meninos, sendo nos dois sexos, claramente assinalada pelo estirão de crescimento e desenvolvimento de características sexuais secundárias.

Na adolescência, a tarefa principal está em estabelecer uma identidade pessoal. À medida que faz face aos desafios de independência social e emocional, ele desenvolve, aos poucos, uma "filosofia de vida", uma visão do mundo e um conjunto de crenças e padrões morais que lhe servem de guia. Isto acontece porque: a) enquanto cresce, os horizontes do mundo intelectual e emocional do adolescente se expandem e passam a incluir idéias que vão além dos prazeres e preocupações simples e materiais dos primeiros anos e ele descobre valores abstratos tais como liberdade, beleza, prioridade, direitos democráticos etc., valores esses que não são o simples produto de conclusões próprias e ori

ginais do jovem, mas advém também de instrução, exemplo e doutrinação da sociedade em que vive; b) antes que o adolescente abandone com êxito a segurança da dependência infantil ele adquiriu uma noção de quem é, para onde está indo e quais são as possibilidades de chegar lá (Rutter, 1975; Clarke-Stuart et ali, 1989).

Esse sentido de identidade implica tanto numa necessidade de o indivíduo se perceber como único, separado dos outros, ainda que compartilhando valores, padrões e normas, quanto numa percepção de unidade do próprio eu, num processo de integração da pessoa cujo comportamento está baseado nos seus ideais.

Provavelmente em nenhum outro momento da vida de pessoa comum ela esteja mais preocupada com problemas de valores morais e padrões do que durante a adolescência: trata-se de um período de intenso idealismo que inclui algumas vezes a rejeição de normas da sociedade, residindo aí os motivos de os pais temerem pelo equilíbrio do relacionamento familiar quando o menino e/ou menina atingem essa fase.

Mas, outras características da adolescência, principalmente as da vida emocional e as ligações de amizade geram preocupação.

Tradicionalmente se supõe seja a adolescência um período de grande tormento íntimo e de dificuldades emocionais. Rutter (1975) salienta que de fato, nesse período a tendência é sentir as coisas de forma particularmente profunda, sendo comuns as grandes alterações de humor de um momento para o outro, e se desenha para o adolescente um quadro de tormento íntimo em que ele tem sentimentos de auto-depreciação, de miséria pessoal, acha frequentemente que estão caçoando dele.

As amizades assumem uma importância particular durante a adolescência, pois tanto são mais íntimas, levando os jovens a partilharem seus sentimentos profundos de um modo não usual em outros momentos da vida, quanto vão deixando de ter os amigos e companheiros escolhidos pelos pais para passarem a contatos com pessoas que o ambiente familiar desconhece por completo. Assim, muitas vezes, é dito que os adolescentes se constituem em uma sub-cultura dentro da sociedade do adulto, alienado desta.

Entretanto a literatura sobre a adolescência evidencia que a maioria dos adolescentes (até 16-17 anos) continua a confiar e a respeitar os pais, é sensível à aprovação ou desaprovação de seu comportamento por parte deles, segue, de um modo ge-

ral, as suas orientações, compartilha um conjunto de valores, admitem a necessidade de controle e restrição por parte dos mais velhos, não os rejeitando e exercendo um nível moderado de crítica em relação a eles (Rutter, 1975). Pode-se dizer que quando há alienação entre os pais e o adolescente, com frequência isto teve seu início muito antes, provavelmente na primeira infância.

O que os estudos sobre família têm evidenciado (Mombelli, 1990) é que o conviver com um adolescente, promovendo seu desenvolvimento, implica em a família: a) diminuir gradativamente sua autoridade sem possessividade excessiva, mas também sem permissividade prematura, de forma a que ele vá aos poucos assumindo a responsabilidade de sua independência (ou seja, os pais mantêm certo grau de disciplina até que a auto-disciplina do filho esteja devidamente conquistada); b) prover um ambiente amoroso e interessado que dê apoio e segurança, sinalizando que há aceitação, que o afeto permanece; c) estabelecer uma comunicação franca e aberta nos dois sentidos - dos adultos para com o jovem e deste para com aqueles; conversando com o adolescente, dispendendo **Tempo** com ele é possível discutir suas realizações, suas metas, as res

trições a sua liberdade, os valores e as normas vigentes frente aos do passado, e ao mesmo tempo respeitar suas convicções e atitudes.

Esses três pontos são, na verdade, muito abrangentes, e comportariam talvez maiores especificações. Entretanto à guisa de "conselho" alguns terapeutas costumam dizer às famílias que: a) é preciso ter bastante senso de humor, pois muitos dos comportamentos dos adolescentes são caricaturas ou uma oposição desafiadora frente à forma como o adulto age, pensa, valoriza; b) valeria a pena que os adultos se lembrassem da própria adolescência; c) é importante ter em mente que a adolescência possui um bom prognóstico, uma vez que os rebeldes de ontem são os pais preocupados de hoje.

Isto tudo equivale a dizer que o ambiente familiar ao assumir um indivíduo ainda em processo de "vir-a-ser" e que ora infantil, capaz de grandes projetos e de realizações pequenas, ao mesmo tempo profundamente idealista e crítico necessitaria de uma **dose extra** de prontidão, paciência e confiança.

## B. Do controle externo ao auto-controle

Ao ser educada a criança passa de uma fase inicial em que o ambiente controla o seu comportamento até o tipo de situação a que ela vai ser exposta e chega, no final da adolescência, ao auto-controle em todos os aspectos da sua vida. Isto significa que, ao longo do processo de socialização pelo qual o indivíduo passa, ele forma o que se chama de uma consciência moral, isto é, ele compõe o seu conjunto de normas, padrões, valores e passa a agir de acordo com ele, o que possibilita a sua convivência social de modo harmônico.

Essa evolução, que caminha do controle inteiramente externo até o auto-controle, é bem gradativa, segue uma sequência de etapas, e depende do envolvimento em várias áreas - intelectual, afetiva, social.

Os muitos estudos nesse assunto (Rutter, 1975; Herbert, 1987) mostram que o ponto essencial para que se inicie a aquisição de padrões e normas pela criança estaria em formação de relação afetiva com o socializador, o que traria as condições necessárias e suficientes para que surgisse nela uma disposição para agir de acordo com o comando expresso pelo ambiente.

Portanto, os fundamentos da consciência moral remontariam ao primeiro um ano e meio de vida e já se evidenciaram na fase seguinte em que a criança busca autonomia segue impulsos e o ambiente inicia, de um modo bem claro, a colocação de limites para seu comportamento: o fato de ter estabelecido o pré-requisito, que é a disposição para agir de acordo, faz com que ela mais prontamente obedeça às ordens que o socializador lhe dá "para que não toque num objeto" ou "não suba na mesa", ou "devolva um brinquedo para o amigo".

À medida em que ela se defronta com as regras que o adulto coloca a cada "encontro disciplinar", ela vai incorporando a noção de permitido, proibido (certo e errado), dando início à internalização das normas e valores que, nessa etapa, se caracteriza pelo que se costuma definir como "socializador presente em imagem": ou seja a criança ainda se limita por um controle externo - é o pai que não deixa, a mãe que não quer - ou se fizer apanha, e se não for fica de castigo. Por esta razão se observa que para as regras bem estabelecidas não há mais a necessidade da presença do adulto para que ela aja conforme a noção de certo e de errado transmitida pelo ambiente.

Mas, essa moralidade é ainda muito ligada à conveniência, pois o que pressiona a criança a cumprir as normas é a obtenção da aprovação e de afeto. Diz-se, em contrapartida, que a sua rejeição pelos adultos dificulta o desenvolvimento da obediência, da mesma forma que a inconsistência das regras a coloca como "experimentalista" dos limites de tolerância dos pais (Biasoli-Alves, 1985).

Mas o amor e afeição dos adultos para com a criança durante esse período difícil e cheio de conflitos (entre a sua autonomia, seus impulsos e os limites impostos pelo ambiente) são de extrema importância, também para uma boa evolução da sua auto-imagem. As atitudes e o comportamento que os vários elementos da família expressam frente à capacidade da criança em obedecer dão a ela informações sobre sua competência, bondade e esforço vão passar a fazer parte do conceito que ela está formando sobre si mesma, podendo sentir-se envergonhada a cada vez que transgide as normas.

Mais um pouco de tempo, dos quatro e meio aos seis anos aproximadamente, a criança acaba de internalizar as normas e passa a segui-las como se fossem suas; muito da evolução, que faz com que a criança internalize o controle imposto pelo am-

biente, é, nessa fase, auxiliada pelo fato de que simultaneamente está acontecendo uma identificação com os pais que passam a ser vistos como pessoas ideais.

Esse é então um estágio que se considera como conformista, uma vez que houve uma assimilação das regras da maneira como foram colocadas pelo ambiente sem muitos questionamentos.

Cada vez mais a criança sabe o que é errado, e dando inteira razão aos adultos que a educam, ela aceita na sua auto-imagem o que acredita ser a visão que eles têm dela; isto a torna extremamente vulnerável ao sentimento de culpa quando transgredir as normas, porque se vê decepcionando aqueles de quem tem uma imagem idealizada.

Mas, o processo de educação atual que, para uma boa parte da população infantil incorpora desde muito cedo um contato intenso e prolongado da criança com outros ambientes que não o familiar (Escola Maternal, Hotéis de Bebê, Creches) mais a influência que os meios de comunicação de massa têm trazido para essa etapa do desenvolvimento caracterizada como conformista (quanto à obediência às normas do mundo adulto) certa restrição.

Os teóricos (Herbert, 1987) definiram como limite desse estágio o início da puberdade, esta-

belecendo paralelos com a evolução cognitiva. Entretanto, observações do cotidiano e dados de pesquisa (Caldana e Biasoli-Alves, 1992) têm evidenciado que muito mais cedo do que os 12, 13 anos, as crianças estão contestando as normas colocadas pelos pais, exigindo mais liberdade para ir e vir, e as famílias cedem às pressões. A duração pois dessa etapa de maior conformidade aos padrões, valores e regras familiares acha-se reduzida.

Há autores (Postman, 1982) que discutem o fenômeno do "desaparecimento da infância" como ela foi vista e conceituada no século XX até a década de 70, mostrando as evidências de uma assimilação progressiva pelas crianças de padrões de comportamentos característicos da adolescência e juventude. Essas colocações se mostram verdadeiras à medida em que se observa o cotidiano das crianças de 8, 10, 12 anos.

Entretanto, à medida em que a criança adentra a puberdade e adolescência, o processo de questionamento e de dúvida sobre si mesmo assume características mais acentuadas, tendo por base a própria capacidade de discutir e argumentar e uma busca de definição de sua posição frente à crise que o adolescente enfrenta. Nesse momento a in-

fluência dos próprios pares se dá de maneira crítica, ainda que permaneçam a ligação afetiva com a família a dependência econômica, servindo de contraponto e gerando conflitos internos que se exteriorizam no relacionamento com os adultos.

Dois aspectos podem ser levantados; primeiro durante cerca de uma década a família exerceu controle sobre a criança e de forma implícita ou explícita procurou inculcar nela padrões e valores de seu grupo social; segundo, como consequência ela teve a oportunidade de gradativamente aprender a se controlar por ter que se conformar a certas regras do ambiente e assimilar um conjunto de "certos" e "errados".

Esse seria então o momento propício para permitir ao adolescente ir experimentando caminhar com suas próprias pernas, para não cristalizar a dependência a adultos (ou a autoridades), determinação do certo e errado de seu comportamento.

E, sem dúvida, esse questionamento é fundamental ao adolescente; primeiro porque representa uma necessidade muito forte de encontrar a sua verdade quer como auto-imagem, quer frente aos seus egos ideais, quer como busca de realização pessoal; segundo porque é um treinamento importante esse de

retomar vivências, valores, padrões e normas, repensar tudo, transformando o que recebeu do ambiente em algo novo, vivo, individual e com o qual ele possa assumir um compromisso, (inclusive o de, sempre que possível, passar o que vem de fora pelo seu crivo pessoal); terceiro porque alguns anos mais e esse adolescente estará iniciando o seu papel como transmissor de uma cultura a uma nova geração e, para tanto, ele precisa estar ciente do que ela representa.

Esse trabalho de composição de uma consciência moral que o jovem executa é intenso, longo e cheio de idas e vindas. Novamente se enfatiza que o ambiente convive com um indivíduo em fase de formação, que precisa de tempo para que sua identidade apareça e ele firme o seu conjunto de valores e normas, sendo capaz de se auto-dirigir nas mais diversas situações.

### **A título de Consideração Final**

A complexidade do desenvolvimento humano, as alterações drásticas e aceleradas de valores e normas exigem hoje dos pesquisadores dessas áreas e dos profissionais que atuam em educação uma postu-

ra interdisciplinar e uma disponibilidade para, a todo momento, repensar a realidade social e a inserção dos indivíduos nela.

### Referências Bibliográficas

BAUMRIND, D. (1980) New directions in socialization research. *American Psychologist*, 35 (7): 639-52.

BIASOLI-ALVES, Z.M.M. (1983) Considerações sobre desenvolvimento infantil. "Padrões de Saúde". A farmacodependência em seus múltiplos aspectos. Secretaria do Estado da Educação. v. II, 119-140.

BIASOLI-ALVES, Z.M.M. (1985) **Desenvolvimento Humano**. Ribeirão Preto, Departamento de Psicologia e Educação FFCLRP/USP Material Didático. 47p.

CALDANA, R.H.L.; BIASOLI-ALVES, Z.M.M. & SIMIONATO, S.M.P. (1992). Atividades da criança: educação e liberdade x restrições. *Paidéia*, nº 2, 1-10.

CLARKE, A.M. & CLARKE, A.D.B. (1976) **Early Experience: myth and evidence**. London Open Books Publishing Limited 305 p.

- CLARKE-STUART, A.; PERLMUTTER, M.; FRIEDMAN, S.  
 (1988) **Lifelong Human Development** - Chichester  
 - John Wiley & Sons. 610 p.
- FINE, E. (1980) The parent education provement:  
 an introduction. In \_\_\_\_\_ **Handbook on parent  
 education**. New York, Academic Press.
- GARVEY, C. (1977) **Play**. Fontana Open Books.128p.
- GRUNSPUN, H. & GRUNSPUN, F. (1984) **Assuntos de  
 Família**. São Paulo, Kairós. 180p.
- HERBERT, M. (1974) **Emotional Problems of  
 Development in Children**. London, Academic  
 Press. 362p.
- HERBERT, M. (1987) **Conduct Disorders of childhood  
 and Adolescence - A social learning Perspective**  
 Chiccesker. John Wiley & Sons. 348 p.
- HUTT, S.J. & HUTT, C. (1970) **Direct Observation  
 and measurement of behavior**. Springfield Charles  
 C. Thomas Publisher. 224p.

- LERNER, R.M. & BUSCH-ROSSNAGEL, N. A. (1981) **Individual as Producers of Their Development : Conceptual and Empirical Bases** In Lerner, R. M. & Busch Rossnagel, N.A. (eds.) **Individuals as Producers of their Development. A Life Span Perspective.** London. Academic Press. 503p.
- MOMBELLI, M. (1991) **Ciclo de Vida e Dimensão Familiar.** Material de Curso. 200 p.
- NEWSON, G. & NEWSON, E. (1976) **Four years old in an Urban Community.** Pelican Book London. 608p.
- PATTERSON, G.R. (1974) **Families: Applications of Social Learning to Family Life.** Research Press Company Champaign. 143p.
- POSTMAN, N. (1982) **The disappearance of Childhood.** New York. Dell Publishing Co. 177p.
- RUTTER, M. (1975) **Helping Troubled Children. Penguin Education.** London. 376p.
- SCHAFFER, H.R. (1984) **The chil's entry into a Social World.** London, Academic Press. 285p.